



**IV Congresso
Brasileiro de
Regulação**

15 a 18 | Manaus - Amazonas
de maio de 2005 | Tropical Manaus
Eco Resort Experience

Associação Brasileira de Agências de Regulação

Realização: _____

Promoção: _____



Agência Reguladora dos Serviços Públicos
Concedidos no Estado do Amazonas

ABAR
Associação Brasileira de
Agências de Regulação

ASPECTOS POLÍTICOS E REGULATÓRIOS VINCULADOS À DEMANDA ENERGÉTICA

Ricardo Lacerda Baitelo
ricardolacerda@hotmail.com
Grupo de Energia do Departamento de Energia e Automação Elétricas da Escola Politécnica da
Universidade de São Paulo – GEPEA-USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, travessa 3, 158; CEP: 05508-900; São Paulo - SP – Brasil

Miguel Edgar Morales Udaeta
Grupo de Energia do Departamento de Energia e Automação Elétricas da Escola Politécnica da
Universidade de São Paulo – GEPEA-USP
Instituto de Energia e Eletrotécnica da Universidade de São Paulo – IEE/USP
eMail: udaeta@pea.usp.br

Luiz Cláudio Ribeiro Galvão
Grupo de Energia do Departamento de Energia e Automação Elétricas da Escola Politécnica da
Universidade de São Paulo – GEPEA-USP

Geraldo Francisco Burani
Instituto de Energia e Eletrotécnica da Universidade de São Paulo – IEE/USP

Resumo

O presente artigo busca levantar e identificar questões de gerenciamento da demanda em relação a obstáculos econômicos e regulatórios, Tal identificação visa apontar possibilidades de opções reais de implantação do GLD para os diversos atores do setor elétrico, sejam eles concessionárias, entes reguladores, usuários ou ESCOs. Tal análise é de suma importância a todos os entes interessados e envolvidos, tanto em relação a investimentos quanto a estratégias que permitam o uso racional de insumos energéticos como forma de buscar a competitividade.

Como dificuldades dos programas de GLD, podemos citar uma estrutura de preços incoerente entre setores de consumo, falta de monitoramento e avaliação contínua de resultados de programas pouco desenvolvida, e ainda a falta de conhecimento de consumidores em relação a possibilidades de programas e a um funcionamento eficiente de equipamentos elétricos, além da necessidade de novas fontes de financiamento para a condução e a continuidade de programas. Quanto à normatização, faz-se necessária uma maior atuação por parte das agências responsáveis a nível federal - INMETRO e ABNT, assim como um esforço conjunto para a definição de áreas e metodologias de normatização, em conjunto com o PROCEL.

É necessário o estabelecimento de ações e diretrizes mais claras no sentido de se articular ações governamentais políticas regulamentadoras que criem incentivos para que as empresas promovam a eficiência energética, independente de períodos de alta oferta energética. Como perspectivas positivas ao desenvolvimento nacional do GLD, temos o desenvolvimento e a comercialização de novas tecnologias e serviços a custos mais baixos; o aumento de pressões ambientais para a minimização de impactos.